



Comitê Gestor Regional do SEI pretende padronizar procedimentos no PAe-SEI

Membros do Comitê Gestor Regional do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da 1ª Região estiveram reunidos na última quinta-feira, dia 05, na sede do TRF1, em Brasília, para tratar da padronização e das melhorias de procedimentos a serem adotadas no Processo Administrativo Eletrônico (PAe-SEI).

A reunião foi conduzida pelo diretor-geral e presidente do Comitê, Carlos Frederico Maia Bezerra, contando com a nova formação do grupo, integrada por dirigentes do Tribunal Regional Federal 1ª Região (TRF1), em diversos níveis, tendo como representantes das Seccionais o diretor da Secretaria Administrativa (Secad) da Seção Judiciária do Distrito Federal, Érico de Souza Santos, e das Subseções Judiciárias, a diretora da Vara Única da Subseção Judiciária de Luziânia/GO, representada pelo supervisor da Seção de Suporte Administrativo (Sesap), Renato de Oliveira Pereira.

Mesmo sendo um sistema que permite trabalhar sem regimentos, o Comitê constatou a necessidade de se regulamentar os procedimentos a fim de permitir uma melhor organização dos processos e dos trabalhos em todas as unidades da Primeira Região, seguindo, assim, rito administrativo coerente.

Diante do exposto, ficou estabelecido que os membros do Comitê deverão encaminhar suas propostas restringindo-se aos procedimentos a serem adotados no PAe-SEI, visando à melhoria do rito do processo administrativo eletrônico.

Juíza federal da SJMG tem tese de doutorado escolhida para publicação do CJF

A tese de doutorado com o tema "A Igualdade — Formal e Material — Nas Demandas Repetitivas sobre Direitos Sociais" de autoria da juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes, da Seção Judiciária de Minas Gerais, foi selecionada para ser publicada na Série Monografias do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF) deste ano. Do total de 32 trabalhos inscritos no processo de seleção realizado pelo CJF, quatro foram selecionados para integrar a publicação.

Confira a íntegra desta matéria no portal do Tribunal em "Notícias".

SJRR reduz em 33% o consumo de energia

O Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária de Roraima (SJRR) iniciou suas ações com a "Campanha Menos é Mais", por meio da qual passou-se a adotar como padrão diário a redução no consumo de papel, de tinta para impressão, de copos descartáveis, de energia elétrica e de água. Das ações propostas, já foi observada uma redução significativa no gasto com energia elétrica, que já no mês de março de 2016 reduziu 33,20% em relação ao mesmo período de 2015.

SJTO obtém 100% de participação no I Curso de Capacitação de Conciliadores da Justiça Federal



Samuel Daitan

O módulo teórico do I Curso de Capacitação de Conciliadores da Justiça Federal no Tocantins, realizado entre os dias 2 e 6 de maio, em Palmas (TO), foi encerrado com a participação de 100% dos alunos que haviam sido selecionados na primeira fase do curso. Foram 58 alunos das cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi com formação superior em diversas áreas. A solenidade de conclusão do módulo reuniu autoridades de diversos órgãos do Poder Judiciário (foto). A próxima fase do curso é a participação em audiências de conciliação, no módulo prático.

A coordenadora do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (SistCon), desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, falou sobre sua experiência na área de conciliação e orientou os alunos quanto ao tema. "O conciliador deve ser justo. Desejo muita responsabilidade e consciência a todos vocês", disse a magistrada durante solenidade de encerramento do módulo teórico do curso. Ainda na sexta-feira, dia 6, a coordenadora do Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), juíza federal Daniele Maranhão, proferiu palestra sobre a audiência de conciliação no novo CPC, capacitação e remuneração de conciliadores, dentre outros assuntos.

"As pessoas não procuram a Justiça Federal em busca de uma sentença, elas querem a solução de seus problemas", pontuou o juiz federal substituto Cristiano Mauro ao representar a Seção Judiciária do Tocantins (SJTO) na solenidade de encerramento do curso. O magistrado explicou, ainda, que "a principal missão do conciliador é ser um construtor de pontes que transponham muros e barreiras". Os alunos homenagearam as autoridades, coordenadores e instrutores do curso com a entrega de presentes.

A diretora do Centro Judiciário de Conciliação (Cejud) da SJTO, Dady Manuela, disse que a partir de agora cada aluno deverá concluir o mínimo de 60 horas práticas em audiências de conciliação para finalizar o curso e iniciar a atuação como conciliador. "O estágio supervisionado vai ocorrer mediante a demanda de processos colocados em pauta no Cejud. Os conciliadores em formação atuarão como observadores, co-conciliadores e conciliadores nas audiências, sempre acompanhados e orientados por um supervisor de estágio (conciliador experiente)". [\[Leia mais\]](#)